

JULHO
1988

I 5
00704

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E
RECURSOS AUDIOVISUAIS

GESTÃO METROPOLITANA E
AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA URBANO-REGIONAL

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE
UM CICLO DE SEMINÁRIOS PARA O
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

0704

711.409815 2
I59p
9261/91
0704

JULHO/1988

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL E RECURSOS AUDIOVISUAIS

GESTÃO METROPOLITANA E
AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA URBANO-
REGIONAL

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE
UM CICLO DE SEMINÁRIOS PARA O
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

JULHO DE 1988

711.4098152
859 p
9267 (91
0704

APRESENTAÇÃO

O presente documento se destina a apresentar uma programação de seminários que objetivam o estabelecimento de um fórum de debates acerca da realidade do Espírito Santo, na qual possibilitará ao Instituto Jones dos Santos Neves um referencial às suas ações.

As recentes mudanças na legislação urbana, ao lado das principais transformações ocorridas na realidade espírito-santense, denotam a necessidade de reavaliação das políticas públicas urbanas. Somam-se ainda, a isso, o advento de novos projetos que certamente modificarão a conjuntura produtiva estadual, alterando a composição dos espaços regionais. Isso resulta na formulação de novos conhecimentos, acerca da totalidade social e suas relações com o território, consubstanciados por uma base epistemológica.

Não obstante, a referida proposta constitui o primeiro passo para as requeridas atividades, devendo ser analisado e aperfeiçoado, culminando com uma proposta definitiva, capaz de resultar na formulação de um Programa de Trabalho para o Instituto Jones dos Santos Neves.

INTRODUÇÃO

O Espírito Santo deverá consolidar, na próxima década, sua economia urbano-industrial, a partir dos projetos de expansão da Aracruz Celulose e da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

A partir de sua inserção, na década de 60, no processo de expansão capitalista monopolista, em consonância com o processo de internacionalização do capital, o Espírito Santo apresenta novas condições de acumulação, trazendo, em consequência, novas formas de caracterização espacial dos processos sociais: a remodelação do território, em suas diversas escalas, a urbanização acelerada, o crescimento demográfico expressivo, o aumento da mobilidade das populações, o fortalecimento da rede urbana, a especialização regional das atividades rurais, com o concomitante ingresso no sistema capitalista de produção, a utilização massiva do assalariado temporário, tanto a nível urbanos, quanto rural, aumento do emprego industrial e do chamado terciário.

Diferentes alianças de interesses, muitas vezes díspares, resultaram em novos modelos de espaço, em diferentes escalas, a partir da relação concentração X desconcentração do capital.

Em consequência, o espaço passou a se tornar uma questão crucial para o entendimento do que seja urbanização. Indicativo da própria totalidade social, esse passou a ser locus de socialização, pois a cidade abriga proporção crescente da população total e da população economicamente ativa. Assenta a cidade parcela importante da mão de obra agrícola, constitui locus das atividades secundárias e terciárias, "formando a rede urbana uma espécie de esqueleto produtivo da nação".¹

Esse fato, por si só, coloca em cheque o papel exercido pelo Estado na sociedade civil, já que a abertura do novo ciclo econômico ensejou a adoção de políticas públicas que deveriam dar conta das questões urbanas e regionais. Diante da inexorabilidade das contradições urbanas, qual o papel reservado ao Estado, considerando-se que as cidades se tornarem incapazes de gerar investimentos públicos sustentados, em con

contradição com o desenvolvimento de uma superestrutura dinâmica? Qual deverá ser a configuração territorial da urbanização, nos próximos 10 anos no Espírito Santo? Quais as áreas que serão conurbadas? Qual será a dimensão político-ideológica do espaço, representada pela grande concentração urbana, verificada, hoje, no Espírito Santo? Qual deve ser a saída política para os impasses tão duramente vividos, atualmente, para uma nova legitimação do Estado e do espaço, como representação de poder, mediatizada pelas novas potencialidades da sociedade urbana? Qual deverá ser, e em que nível, o envolvimento da população e mesmo de uma utilização mais racional do território, capaz de deixar para trás as profundas disparidades sociais e espaciais do desenvolvimento geográfico desigual?

Em relação à preservação do meio ambiente, a crise econômica dos anos 70, que persiste até os dias atuais, agudiza conflitos. Subempregados, desempregados e empregados empobrecidos habitam nas favelas que se proliferam em mangues e encostas, enquanto indústrias, calcadas no fantasma da crise, deixam de investir um equipamento de proteção à saúde de seus trabalhadores e das populações circunvizinhas, contribuindo para a degradação de rios, florestas e mangues, colaborando para a própria degradação do espaço organizado pela e para a indústria, a partir dos anos 70.

Com isso se chega à própria inadequação dos assentamentos, seja pelo conflito de interesses à expansão industrial, à malha residencial e urba, às relações de classe, à destruição dos recursos naturais, indispensáveis, paradoxalmente, à reprodução da força-de-trabalho.

Tais questões abrem um enorme leque de discussões sobre as formas de integração entre Estado e Sociedade, já que se constitui um dilema ao desenvolvimento, visto como um sonho ousado do futuro, que tornará os habitantes deste Espírito Santo mais felizes. Mas, e quando acabarem as ficções, a sociedade ver-se-á frente as suas verdades estruturais absolutas?

O racionalismo urbanista tem acreditado em ordens simplistas e transparentes que disciplinem a própria organização das cidades. Contudo, é no binômio participação-planejamento que as formas de harmonização dos conflitos e de manutenção do **status quo** se identificam. Essas questões permanecem subjacentes na formulação das políticas públicas, que sempre se realizam estabelecendo-se prioridades de ação do Estado com o atendimento de certas necessidades sociais e o postergamento de outras.

Com efeito, a ação do Estado é feita ao mesmo tempo em que a ampliação dos problemas urbanos aguça a contradição entre interesses grupais, fazendo avançar o processo político da sua conscientização e conseqüente tomada de posição.

A conjuntura econômica depressiva em que vivemos agudiza mais essas contradições, ocasionando o debate público que coloca mais e mais em questão as premissas em que se baseiam a política urbana explícita ou oficial e as implícitas nas demais ações governamentais.

A tendência futura desse aparente paradoxo deverá possibilitar uma abertura de consciência para interesses particulares. E da alteração na correlação de forças poderá surgir uma política urbana mais globalizante mediante as injunções das forças em conflito na sociedade brasileira.

Os movimentos sociais atuam a partir de interesses concretos e pontuais. As classes empresariais são capazes de formular melhor seus interesses estratégicos e agir em consonância com os mesmos.

Assim, com a mobilização da sociedade civil, em busca de uma transformação estrutural da economia, de uma saída conjuntural para a crise, a política urbana deverá assumir uma importância crescente entre as prioridades de ação do Estado.

Relevante passa a ser ação do Estado já que, a par de uma definição formal de política urbana ou da criação de instrumentos específicos para

intervir no processo de urbanização — a ação do poder público, por se realizar necessariamente sobre uma porção do território, contribui, de modo decisivo, para alterar a estruturação do espaço.

Sendo o Instituto Jones dos Santos Neves um órgão de apoio ao planejamento urbano e regional, cabe a eles a tarefa de articular, no âmbito estatal, as ações ligadas às questões urbanas. Ao mesmo tempo, aferir, junto à Sociedade Civil, anseios e expectativas mais representativas dos diferentes segmentos que a compõe.

A abertura de um fórum de debates é o caminho natural. Cabe, pois, a montagem de uma programação destinada a nortear as ações do Instituto, a oferecer um referencial de atuação do Estado e a possibilitar o envolvimento direto dos segmentos diversos da Sociedade Civil.

PROGRAMAÇÃO PROPOSTA
SEMINÁRIO ESTADUAL DE POLÍTICA URBANA

TEMA:

A gestão metropolitana e as transformações na dinâmica urbano-regional

PROMOÇÃO:

Governo do Estado do Espírito Santo

ORGANIZAÇÃO:

Instituto Jones dos Santos Neves

OBJETIVOS:

Propiciar a discussão e o intercâmbio de experiências acerca das questões de maior relevância ao planejamento urbano e ao desenvolvimento regional e municipal

Enfocar problemas e potencialidades das administrações públicas à implementação dos planejamentos urbano e setorial.

FUNCIONAMENTO:

O Seminário contará com um painel plenário e seu desdobramento em painéis setoriais simultâneos, que coletarão subsídios à reunião plenária para discussão e aprovação do documento final. Será, ainda, facultada a inclusão de outras atividades, tais como debates paralelos, exposição audiovisual, mostras e outros trabalhos ligados à problemática urbana.

O painel principal estará subdividido em blocos, visando a abordagem da problemática urbana, em seus diferentes aspectos complementares. A seguir, suceder-se-á uma programação de debate, envolvendo a participação da platéia.

PAINÉIS SETORIAIS:

Serão simultâneos, devendo discutir enfoques setoriais do planejamento urbano. Serão escolhidos, a priori, expositores para cada um dos painéis setoriais. Após cada exposição, seguir-se-á um debate com a participação da platéia. Após, haverá um relator, que se pronunciará sobre as questões abordadas, formulando um documento a ser encaminhado a plenária. Essa, por sua vez, encaminhará a redação de um documento síntese, que será, posteriormente, disseminado com referenciais às ações de âmbito urbano e regional.

1º PAINEL GERAL:

Urbanização espírito-santense:

- . tendências, problemas e desafios;
- . crescimento econômico X desenvolvimento social;
- . perspectivas de desenvolvimento do Espírito Santo;
- . efeitos sobre a infra-estrutura urbana e qualidade de vida:
 - . salários
 - . habitação
 - . transporte
 - . meio ambiente

2º PAINEL GERAL:

Aspectos da industrialização no Espírito Santo e a conformação do território estadual:

- . o processo de industrialização recente e seus impactos sobre a cidade;
- . tipos de indústrias que se instalaram;
- . emprego;
- . ligações com o restante da economia;
- . contribuição direta das empresas em relação aos investimentos sociais:
 - . impostos pagos
 - . investimentos diretos
- . dimensionamento do aporte de investimentos necessários para atender a demanda gerada pelos grandes projetos.

3º PAINEL GERAL:

O processo de Planejamento Urbano no Espírito Santo: a ação do Instituto Jones dos Santos Neves:

- . os estudos elaborados pelo IJSN
- . a situação do planejador
- . a integração do planejador/comunidade
- . o papel do Estado.

PAINÉIS SETORIAIS:

A realização de Painéis Setoriais será feita de forma simultânea, devendo ser estruturados da seguinte maneira:

Painel 1:

TEMA: Transporte Público, Estrutura Urbana e Autonomia Municipal.

OBJETIVO: Permitir aos técnicos, autoridades ligadas ao setor e representantes de comunidades, discussão dos problemas relacionados aos Transportes Coletivos, tanto em seu aspecto prático (aproveitamento das experiências levadas a efeito) com ou em seus aspectos conceituais.

Painel 2:

TEMA: O Homem e o Ambiente

OBJETIVO: Dinâmica e consequência da ocupação ambiental: uso racional, degradação e recuperação. A competência do município para legislar sobre a matéria.

Painel 3:

TEMA: Os serviços comuns metropolitanos e autonomia municipal.

OBJETIVO: Oferecer subsídios para identificação de problemas e potencialidades dos serviços urbanos, no tocante a ação conjunta na gestão da infra-estrutura.

Painel 4:

TEMA: Instrumentos legais de Ordenamento Urbano.

OBJETIVO: Oferecer subsídios para a caracterização de loteamentos clandestinos e irregulares, parcelamento do solo para fins urbanos, zoneamento urbano, relacionados com instrumentos de gestão da cidade e o mercado de terras existentes.

Painel 5:

TEMA: Equipamentos Sociais e Planejamento Urbano.

OBJETIVO: Discutir aspectos relacionados com as políticas públicas setoriais, em seus aspectos financeiro, administrativo, institucional e político.

Painel 6:

TEMA: Espaço Urbano, Habitação e Infra-estrutura.

OBJETIVO: Subsidiar as formas de articulação das ações do Estado, tendo em vista a dinâmica habitacional, o crescimento populacional e as condições ambientais ligadas à questão habitacional.

SEMINARIOS PREPARATORIOS

A par de um seminário, a ser realizado a nível da população da Grande Vitória, propõe-se, ainda, a reconstituição do "Projeto das 5", como forma de nivelar e propor soluções internas, ao Instituto Jones dos Santos Neves, como resultante de um Programa de Ação da Autarquia.

A programação, a ser estabelecida, poderá ser organizada a partir de temas e de projetos em andamento, a saber:

TEMAS:

- . O Sistema Produtivo: O Estado e a Expansão Econômica;
- . A questão social e as políticas públicas
- . O Espaço urbano e o incremento populacional
- . O planejamento urbano e a reestruturação do Instituto Jones dos Santos Neves
- . Informações e planejamento urbano;
- . e outros.

PROJETOS:

- . Plano Diretor de Desenvolvimento
- . Plano Diretor de Transportes Urbanos
- . Plano Cartográfico
- . Planos de uso e ocupação do solo
- . Contas Regionais
- . DTC e seus mecanismos de disseminação de informações do IJSN
- . Outros.

O ciclo de Debates Interno permitirá uma maior aproximação entre servidores e diretoria possibilitando a identificação de prioridades, a identificação das necessidades do corpo técnico, a priorização das atividades e a mensuração de problemas e potencialidades do órgão.

